

Formação docente: estratégias pós período pandêmico da covid-19

Giselda Mesch Ferreira da Silva – UFSM – gisamesch@gmail.com
Mariglei Severo Maraschin – UFSM – mariglei@ctism.ufsm.br

RESUMO:

O objetivo geral que coteja a pesquisa é identificar quais as estratégias viáveis de formação docente construídas no período pós pandemia da COVID-19, capazes de promover uma educação de qualidade para todos. O aporte metodológico, de caráter qualitativo, teve na análise bibliográfica condições de retratar o objetivo proposto. Embasadas em Sacristán (1999), Tardif (2014), Freire (1991), Novoa & Alvim (2020) e Libâneo (2015) as autoras apresentam o tema que discorre sobre a formação docente e o papel frente aos desafios provocados pelo afastamento social causado pelo vírus SARS-CoV-2. O estudo apontou que os docentes estão adoecidos devido as demandas que enfrentaram durante as aulas online, indo desde a dificuldade em lidar com os recursos tecnológicos até a falta de acesso à internet pelos discentes, sentindo-se, muitas vezes, sozinhos em sala virtual. Outra conclusão que se chega é que à coordenação pedagógica cabe a tarefa de promover espaço de formação continuada e em serviço. O estudo aprofundou a necessidade de a escola aportar no século XXI, provocando um amplo debate de sua função social.

Palavras-chave: Educação; Pandemia; Formação Docente

1 INTRODUÇÃO

A pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2, causadora da doença Covid-19, gerou diversas recomendações em relação à importância do distanciamento social e físico (de Souza Oliveira Neta; Nascimento; Falcão, 2020). Esse fato deixou instituições de ensino nos escuros perante o encontro primordial de educadores e estudantes e ligou alguns sinais de alerta na comunidade educativa. Um desses sinais diz respeito à

formação dos profissionais da educação que, no primeiro momento, viram-se perdidos ao terem que trabalhar de forma virtual, algo que até então, não era de domínio de todos que trabalham na área da educação.

Mesmo vivendo em uma era tecnológica, é notório que muitos educadores têm dificuldade e, por que não dizer, relutância em trabalhar com as mídias digitais (Jaquinot, 2004). Sendo assim, nestes dois anos em que a escola se manteve nas casas dos educadores, houve muita vontade de aprender a ensinar de uma maneira diferente da até então realizada na escola. No entanto, de forma caseira, aprendeu-se a dar aulas online, pois foi tudo tão inesperado que houve pouco tempo para qualificação profissional no tocante ao domínio dos instrumentos midiáticos.

Traz-se o exemplo citado acima, o não domínio das redes digitais ao exercer o trabalho pedagógico durante a pandemia, para evidenciar uma das sequelas na formação que o corpo docente apresenta. Evidente que este é meramente uma amostra, pois não é exatamente as mídias digitais nosso foco neste trabalho, e sim de “como manter as práticas pedagógicas atualizadas” (Levy, 1999, p. 172) para que a escola, de forma efetiva, tenha em seu quadro, profissionais qualificados, ávidos de atualização e prontos para atuar em qualquer desafio que se apresente em sua prática cotidiana, em especial neste momento de pós-pandemia que estamos nos recuperando.

A formação continuada sempre ocupará lugar especial nas pautas de profissionais envolvidos com uma educação de qualidade. Entre um médico residente, com somente graduação em medicina e outro com um currículo de ampla formação e especialização, qual você escolhe para consultar? Certamente, busca-se sempre o profissional mais qualificado quando se trata de pensar em nossa saúde, na esfera educacional não pode ser diferente.

Outro alerta diz respeito à Resolução nº 2, do Conselho Nacional de Educação – CNE (Brasil, 2021), que institui diretrizes para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades escolares. Seguindo a normativa, após o período pandêmico, a escola precisa ajustar-se para executar o que o documento chama de “adoção de um *continuum* curricular”. Para tanto, a retenção fica suspensa e os estudantes, neste período avançam de ano, independentemente do nível da aprendizagem em que se encontram, bastando para tanto, ter mantido algum vínculo com a escola. Não se trata de defender a reprovação, mas questionar como ficam as aprendizagens dos educandos e o trabalho pedagógico dos educadores, visto a ampliação da heterogeneidade das turmas com essa situação, pois assim como tem

crianças que conseguiram ter um ambiente, em casa, de aprendizagem, teve aquelas que, tiveram inúmeras dificuldades, inclusive restrição alimentar, pois as condições socioeconômicas foram afetadas não conseguindo avançar em seus conhecimentos.

A partir do exposto, formulou-se a seguinte questão norteadora que servirá para orientar e estruturar esta proposta de trabalho: Como se dará a formação de professores para atender as demandas emergentes pós pandemia? Essa questão resulta da hipótese de que a organização e promoção de formações sem a adoção de estratégias eficazes e coerentes dentro dos princípios educacionais que a escola aponta em seu Projeto Político Pedagógico e com a atual realidade escolar dificilmente atenderá as demandas formativas que emergiram no decorrer da pandemia.

Desse modo, esse trabalho se justifica por se entender a importância de promover formações docentes aliadas às estratégias que visem desenvolver práticas formativas de compromisso com uma educação justa e de qualidade para todos, em especial nesta volta às aulas pós-pandemia e dentro do que a legislação brasileira trata como currículo *continuum*. Como “prática social, de educação mobilizadora de todas as possibilidades e de todos os saberes dos profissionais” (Marin, 1995, p.18) a formação profissional dos educadores urge espaço na escola e é papel primordial da coordenação pedagógica sua implementação.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 QUESTÃO GERADORA E CAMINHOS PARA A ALCANÇAR

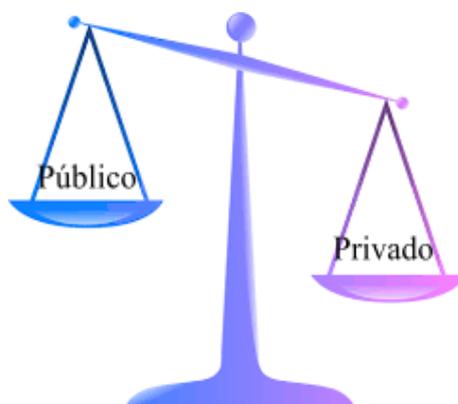
O objetivo geral que coteja a pesquisa é identificar quais as estratégias viáveis de formação docente construídas no período pós pandemia da COVID-19, capazes de promover uma educação de qualidade para todos. Neste sentido, possui caráter qualitativo e segue as premissas do campo educacional visando compreender aspectos do processo educativo que se constroem e se reconstroem através das relações que os sujeitos estabelecem cotidianamente. Para Martins e Ramos (2013) a pesquisa qualitativa atua em níveis de realidade onde existe a necessidade de extrair e evidenciar indicadores e tendências a partir da análise de dados. Este fato propicia interpretar a realidade investigada e compreender os fenômenos sociais existentes. Nestes termos adota-se a pesquisa bibliográfica que, segundo Kripka *et al.* (2015), permite extrair

dados provenientes da literatura visando entender determinados fenômenos ou assuntos que constem no material.

2.2 PANDEMIA E DESIGUALDADE SOCIAL

A desigualdade social ficou deveras escrachada durante o período pandêmico da COVID-19. Imaginemos uma balança, onde em um dos pratos está posicionada as instituições privadas de ensino e de outro as instituições escolares públicas (ver imagem 1). Qual dos pratos pesa mais em se tratando a ter todos os recursos, tanto humanos quanto materiais e que quase não sofreu alterações em seus horários e programas durante o período pandêmico?

Figura 1: Desigualdade entre escolas públicas e privadas



Fonte: As autoras, 2023.

Enquanto a rede privada, frente ao grande desafio do afastamento social, conseguiu viabilizar, de imediato, a continuidade de seu período letivo, desenvolvendo aulas remotas com a presença maciça de seus estudantes, a rede pública demorou para se organizar, pois tampouco seus estudantes tinham recursos digitais tecnológicos e condições de acesso online às aulas, como educadores não possuíam formação adequada que possibilitasse desenvolver tais aulas. Aulas remotas (Bacich & Moran, 2018) são aquelas administradas por um professor em tempo real, ou seja, o professor, via internet, desenvolve sua aula aos estudantes que estão em outro ambiente, neste caso específico, resguardados em seu ambiente familiar. Também não precisamos dizer que à classe trabalhadora este resguardo não foi possível, pois precisaram, muitas vezes, trabalhar de

dia para comer a noite. Sendo assim, não se pode julgar uma família que opta por manter a alimentação à mesa ao invés de investir em tecnologias digitais que viabilizassem o vínculo escolar. A urgência pela vida é maior que a necessidade de estudar. Em capítulo de e-book publicado em 2020, Silva & Cardoso denunciam:

Com o aumento da miserabilidade em nosso país, não se pode julgar um pai, uma mãe que, por questões financeiras sérias, concordam que seus filhos deixem os estudos para um segundo plano, visando atender os direitos básicos de subsistência. Afinal, temas e tarefas escolares podem esperar, já a fome não (Silva & Cardoso, 2021, p.169).

O artigo acima mencionado “A Educação em tempos de pandemia: estão resguardados os direitos do estudante?” (Silva & Cardoso, 2021, p. 165) denunciou a falta de políticas públicas em tempos de pandemia para atender os filhos da classe trabalhadora. As autoras apresentaram estudo onde mostraram que as famílias ficaram à mercê de políticas emergências, sobrevivendo de auxílios governamentais que chegaram, em um primeiro momento através de kits alimentação nas escolas e, logo após, auxílio financeiro governamental. As mesmas autoras concluem o texto afirmando que

(...) não foram resguardados os direitos à educação dos filhos da classe trabalhadora no período pandêmico, pois faltaram políticas públicas educacionais efetivas de enfrentamento que atenuassem os efeitos do isolamento e aproximasse os estudantes da escola (grifo nosso) (Silva & Cardoso, 2021, p. 182-183).

Neste sentido, pondera-se que a pandemia representou um atraso na educação da classe trabalhadora, transformando em um desafio maior o retorno pós pandemia, em especial as escolas públicas. Entretanto, estará a escola preparada para reverter tal situação? Como o fará?

2.3 FORMAÇÃO DOCENTE COMO ESTRATÉGIA PÓS PANDEMIA

O ofício de ensinar, cada vez mais, exige qualificação. Assim como não se admite qualquer atendimento numa consulta médica e se exige um profissional capacitado, há que, da mesma forma, se desejar um profissional da educação preparado, qualificado e competente.

Nos encontramos em um momento extremamente complicado na esfera educacional. Percebe-se certa desconfiança da escola por parte das famílias e dos demais cidadãos. Educadores não sentem mais o apoio da sociedade em tarefas que a escola propõe. As escolas públicas encontram-se delegadas a segundo plano pelos órgãos competentes. Há falta de recursos humanos, materiais, problemas estruturais nos prédios, violência dentro e nos arredores da escola. Profissionais são muito mal pagos e reclamam de não ter apoio para trabalhar. Em contrapartida, os resultados são de longe os esperados: índices altos de reprovação, evasão, abandono, bem como queixa de que os estudantes não conseguem compreender o lido e/ou extrapolar o texto e, ainda pior, não gostam de ler e tampouco de estudar.

A que se deve esta situação toda? Há saída? Qual/quais? Estará na formação continuada a chave para abrir a solução para tais problemas? Na obra “Uma pedagogia do corpo”, Gabriel Perissé (2020) refere o corpo docente não como um coletivo de professores, mas aborda anatomicamente o “corpo” nos ajudando a refletir sobre o docente, seus sentimentos medo, ansiedades, decepções, alegrias, etc. A proposta é, portanto, analisar o “corpo docente” da “cabeça aos pés” e o quanto a formação deste profissional pode contribuir para a melhoria da qualidade na educação.

Há que se saber qual o papel da escola e quais as concepções que se tem de homem, educação e sociedade para os dias atuais. Que sujeito e para que sociedade? Numa época de retrocesso, de “olho por olho”, “dente por dente”, que mundo queremos e que sujeitos precisam ocupar este espaço? Neste sentido, educar vai muito além de transmitir conteúdos, avaliar através de provas e trabalhos o que os estudantes aprenderam. Estariam os docentes preparados para educar nos dias atuais, frente a tantos problemas estruturantes da sociedade moderna? Para Sacristán (1999) está intrínseco no fazer educativo o planejamento, a reinvenção, pois:

(...) a educação não é algo espontâneo na natureza, não é mera aprendizagem natural, que se nutre dos materiais culturais que nos rodeiam, mas uma invenção dirigida, uma construção humana que tem sentido e que leva consigo uma seleção de possibilidades, de conteúdo, de caminhos (Sacristán, 1999, p. 33).

Em sua obra “Saberes Docentes e Formação Profissional”, Maurice Tardif (2014) apresenta quais os saberes que compõem o ofício docente. O autor afirma que estes compõem uma pluralidade de conhecimentos “oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais” (Tardif, 2014, p. 36) e acrescenta:

(...) fazer com que as escolas se tornem lugares mais favoráveis para o trabalho e a aprendizagem dos professores. Por exemplo, dando muito espaço e tempo para que os professores possam inovar e implantar novos métodos de ensino, para que se ponham de acordo e desenvolvam um profissionalismo colegiado, etc. (...), deseja-se também desburocratizar as escolas e dar mais autonomia aos professores na gestão dos estabelecimentos e na formulação dos projetos pedagógicos locais (Tardif, 2014, p. 280).

A formação profissional, em especial a docente que lida com a formação/constituição de seres humanos, requer qualificação contínua (Tardif, 2014) e, neste sentido defende-se que seja continuada e em serviço, pois sempre há o que aprender e melhor que seja no contexto em que se está inserido. É analisando o que se faz que se pode mudar a próxima ação, por entender-se que

(...) ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, **na prática** e na reflexão sobre a prática” (grifo nosso) (Freire, 1991, p. 58).

E, se essa formação se dá na prática, enquanto reflexão a essa prática, como sugere Paulo Freire, há que se estar na escola, com seus pares, na sua comunidade, a fim de analisar seu contexto, sua realidade, o que se tem/faz e o que pode ser melhorado.

Mais ainda, o professor deve receber enquanto se forma, sendo um compromisso do governo tal qualificação. Entretanto, não é o que se tendo visto, pois educadores precisam investir de seu próprio bolso para estar atualizados, e, em algumas situações, quando buscam pela melhoria de seu trabalho, os docentes se veem tendo que recuperar regime de trabalho para que não sofram desconto salarial, isto quando não são impedidos de se afastarem da instituição escolar para frequentarem curso de pós-graduação. Desta forma, quando não é incentivada e/ou garantida pelas mantenedoras, como acontece nas empresas privadas, a formação é individual, solitária e abrange um número pequeno de docentes, fazendo com que seus profissionais tenham que desembolsar para custear a sua qualificação.

A pandemia nos ensinou que precisamos ancorar no século XXI com forte aparato de qualificação/formação docente, sob pena de sempre deixarmos para trás o direito basilar garantido pela Carta Magna Constitucional (Brasil, 1988) a seus cidadãos:

A educação, direito de todos e **dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando** ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (grifo nosso) (Brasil, 1988, Art. 205).

Em um artigo intitulado “Os professores depois da pandemia”, os autores Nóvoa & Alvim (2020), atentam para a necessidade de mudanças profundas na escola, afirmando que o modelo que até então conhecíamos de instituição escolar terminou. Os autores, apostando em uma “metamorfose da escola” sustentam que:

O mais importante é construir ambientes escolares propícios ao estudo e ao trabalho em conjunto. Aprender não é um ato individual, precisa dos outros. A auto-educação é importante, mas não chega. O que sabemos depende, em grande parte, do que os outros sabem. É na relação e na interdependência que se constrói a educação (Nóvoa & Alvim, 2020, p. 8).

Os autores supracitados atribuem aos professores os seguintes papéis: “construção de um espaço público comum da educação (...); criação de novos ambientes escolares; (...) composição de uma pedagogia do encontro” (Nóvoa & Alvim, 2020, p. 4).

Partilha-se das atribuições aferidas aos educadores pelos referidos autores, entretanto alertamos para o fato de estudos apontarem, pós pandemia, o aumento significativo do adoecimento dos docentes, seja física ou emocionalmente. Então, como este profissional enfermo é capaz de tanto? Quem olha para o professor? Quem o acolhe e vai ao encontro de suas dores?

O artigo “Pandemia da covid-19, saúde mental, apoio social e sentido de vida em professores” dos pesquisadores Karine Santos, Calila Caldas e Joilson da Silva, do Programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGPS-UFS), Aracaju (SE), Brasil, concluiu que “a pandemia e as formas do trabalho remoto trouxe implicações na saúde mental do docente, ocasionando adoecimento psíquico, o apoio social e sentido de vida manifestaram-se como recursos psicossociais de enfrentamento ao adoecimento” (Santos, Caldas & Silva, 2022, p. 2)

O estudo acima citado indica que a falta de acesso à internet pelos discentes, a carga horária dedicada às aulas, o desafio em ter que ministrar aulas online, a falta de apoio social, a falta de habilidade técnica em utilizar os recursos tecnológicos foram fatores que ajudaram a desencadear o adoecimento dos professores. O estudo de Santos et al. (2022) desenvolvido com 23 professores, utilizou entrevista semiestruturada e questionário sociodemográfico, o qual resultou em afirmar que:

a pandemia, o distanciamento social e a adaptação da forma de trabalho possibilitaram a ocorrência ou agravamento de problemas de saúde mental, com sinais de ansiedade, estresse, depressão, distúrbios do sono, alteração no comportamento alimentar, como indicado na fala de professores (Santos, Caldas & Silva, 2022, p.7).

À coordenação pedagógica cabe promover espaço para que a escola e seus docentes pensem a sua qualificação. Coordenação Pedagógica (CP) aqui entendida como os sujeitos que, pedagogos ou não (pois a realidade hoje em muitas escolas é de que o coordenador pedagógico não tem habilitação para atuar, mas assume o papel por falta de alguém habilitado), estão à frente do processo ensino-aprendizagem ajudando os docentes nos processos educativos. Enfim, a CP assume o papel de fazer com, numa relação de cumplicidade e comprometimento com o corpo docente da escola. Para Libâneo (2015, p. 181) as atribuições da CP:

podem ser sintetizadas nesta formulação: planejar, coordenar, gerir, e acompanhar e avaliar todas as atividades pedagógico-didáticas e curriculares da escola e da sala de aula, visando atingir níveis satisfatórios de qualidade cognitiva e operativa das aprendizagens dos alunos (Libâneo, 2015, p. 181).

Para tanto, à CP resultou a tarefa de encaminhar a formação docente neste retorno à presencialidade. Entretanto, é válido inverter a pergunta para saber quem forma e/ou quem cuida da CP? Sim, estes também precisam de formação e cuidados, pois sofreram da mesma forma na pandemia, onde foram incumbidos de estarem nas escolas para fazerem tanto entrega de tarefas físicas aos estudantes que não tinham acesso a meios digitais, como precisaram ir a campo em busca dos estudantes desaparecidos. Achou-se até uma atribuição de palavra bonita a esta tarefa: busca ativa. A forma de busca ativa escolar foi uma estratégia utilizada pelos governos para garantir que os estudantes mantivessem vínculo escolar durante a pandemia e a pós pandemia.

No Brasil, a Resolução nº 2, do Conselho Nacional de Educação – CNE (Brasil, 2021), mudou a rotina escolar. O documento ordenou a retomada imediata ao calendário escolar, o uso de medidas sanitárias de proteção, aulas remotas, formação continuada para enfrentar os desafios pandêmicos, aplicação de metodologias ativas e adoção de um *currículo continuum*, impossibilitando a retenção na série de quaisquer estudantes. Um dos artigos (Art. 3º) especifica:

Art. 3º No retorno às atividades presenciais, os sistemas de ensino, as Secretarias de Educação e as instituições escolares devem oferecer ações de acolhimento aos profissionais de educação, aos estudantes e respectivas famílias.

§ 1º No processo de retorno às atividades presenciais, as redes e instituições escolares deverão promover a formação continuada dos professores, visando prepará-los para o enfrentamento dos desafios impostos durante o retorno.

§ 2º As atividades de acolhimento devem envolver a promoção de diálogos com trocas de experiências sobre o período vivido, considerando as diferentes percepções das diferentes faixas etárias, bem como a organização de apoio pedagógico, de diferentes atividades físicas e de ações de educação alimentar e nutricional, entre outras.

§ 3º A formação continuada dos professores deve incluir a preparação para a implementação dos protocolos de biossegurança, bem como estratégias e metodologias ativas não presenciais e à implementação de recursos tecnológicos, com ambientes virtuais de aprendizagem e outras tecnologias apropriadas para desenvolvimento do currículo (Brasil, 2021).

E, neste sentido foram sendo criadas as estratégias de formação docente no período pós-pandemia, através de olhar atento aos processos e as pessoas. Todavia com lucidez em considerar que há muito a fazer, que talvez leve muito tempo, mas que precisa ser feito.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho que teve como objetivo geral identificar quais as estratégias viáveis de formação docente construídas no período pós pandemia da COVID-19, capazes de promover uma educação de qualidade para todos encerra com a certeza de que ainda há muito a fazer para amenizar os prejuízos causados em decorrência do afastamento social provocado pelo vírus SARS-CoV-2, em especial na população menos favorecida do Brasil e do mundo, pois foi a classe mais atingida em sua totalidade.

O estudo descortinou o que muitos tentavam ocultar: o grande abismo que existe entre a maioria populacional, empobrecida da sociedade e os mais favorecidos. É possível afirmar que a distância aumentou, pois, os mais ricos, donos do capital viram suas fortunas crescerem enquanto os mais pobres ficaram ainda mais desafortunados, desvalidos e deixados à própria sorte.

Viu-se um governo desacreditar na ciência e na educação, tergiversando a vacina e permitindo que, só no Brasil, mais de 700 mil pessoas perdessem a vida para o vírus ou em consequência dele.

Deparou-se com um retorno a presencialidade escolar com regras que transformaram a rotina escolar e a vida dos docentes que se viram adoecidos por inúmeras razões neste estudo apresentadas.

Certificou-se que é necessário e urgente organizar uma formação docente contínua e em serviço que dê conta de assegurar uma educação de qualidade a classe trabalhadora que se viu esquecida pelos seus governantes.

Elegeu-se a Coordenação Pedagógica como a equipe promotora de formação docente nas instituições escolares, mesmo esquecendo que estes também requerem tratamento, cuidado e qualificação adequada.

Sendo assim, a CP trabalhou, tal como: buscou as famílias e os estudantes, reorganizou o calendário escolar, propondo datas de recuperação de dias letivos, bem como reforço escolar; preparou reuniões; planejou momentos de acolhida; dialogou com a comunidade escolar; trouxe profissionais entendidos em pandemias para alertar sobre o cuidado e prevenção; desenvolveu guias e protocolos de segurança sanitária; construiu relatórios, de estudantes atendidos durante a pandemia e dos que retornaram e não retornaram pós-pandemia, encaminhando às instituições responsáveis aqueles evadidos; montou planilhas e gráfico de desempenho escolar, apresentando índices e taxas de evasão/abandono; montou projetos de recuperação paralela e abriu as portas para estudos aprofundados que dessem a si e ao corpo docente clareza de metodologias para atravessar este momento de crise, nunca se furtando de fazer o seu papel. Múltiplas foram as atribuições designadas à coordenação pedagógica.

REFERÊNCIAS:

Bacich, L. e Moran J. (2018). (Org). Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: uma abordagem teórico-prática [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso.

Brasil. (2021). *Resolução N° 02*. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União - Seção 1, Página 4 - Imprensa Nacional.

Brasil. (1988). *Constituição Federal de 1988*. Brasília, DF.

Freire, P. (1991). *A Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez.

Jaquinot, G. (2004). Qu'est-ce qu'un éducommunicateur? La place de la communication dans la formation des enseignants. In: Soares, I. Educommunication. Textos do UCIP Word Congress. Publicado pelo Núcleo de Comunicação e Educação – NCE/ECA/USP.

Kripka, R.; Scheller, M.; Bonotto, D. (2015). *Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa*. Atas CIAIQ: Investigação Qualitativa em Educação, v. 02. Disponível em: <https://bit.ly/2oAKxwa>.

LIBÂNEO, J. (2015). *Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática*/José Carlos Libâneo. – 6. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Heccus Editora.

Marin, A. J. (1995). *Educação continuada: introdução a uma análise de termos e concepções*. In: Cadernos CEDES, Campinas: Papirus, CEDES, n. 36.

Martins, R. X; Ramos R. (2013). *Metodologia de pesquisa: guia de estudos*. Lavras. UFLA.

Nóvoa, A., & Alvim, Y. C.. (2021). OS PROFESSORES DEPOIS DA PANDEMIA. *Educação & Sociedade*, 42, e249236. <https://doi.org/10.1590/ES.249236>.

Perissé, G. (2020). *Uma pedagogia do corpo*. 2ª ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.

Sacristán, J. G. (1999). *Poderes instáveis em educação*. Porto Alegre: Artmed.

Santos, K. D. A., Caldas, C. M. P., & Silva, J. P. da. (2022). COVID-19 PANDEMY, MENTAL HEALTH, SOCIAL SUPPORT AND SENSE OF LIFE IN TEACHERS. In: *SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3575>

Silva, G. & Cardoso, P. (2021). Educação em tempos de pandemia: estão resguardados os direitos dos estudantes? In: Cunha, V. & Melo, A. (orgs.) (2021). *Direitos Humanos: Múltiplos olhares e suas interfaces*. (pp. 165-183). São Borja, RS: Editora Ceeinter.

de Sousa Oliveira Neta, A., de Menezes do Nascimento, R., & Belém Falcão, G. M. (2020). A Educação dos Estudantes com Deficiência em Tempos de Pandemia de Covid-19: A Invisibilidade dos Invisíveis. *Interações*, 16(54), 25–48. <https://doi.org/10.25755/int.21070>